RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 042/2008

O Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, em Sessão Ordinária, hoje realizada, na presença dos Exmos(as). Srs(as). Desembargadores(as) Gerson de Oliveira Costa Filho (Presidente), Márcia Andrea Farias da Silva (Vice-Presidente), Américo Bedê Freire, José Evandro de Souza, Ilka Esdra Silva Araújo, Luiz Cosmo da Silva Júnior, e do representante do Ministério Público, o Exmo. Sr. Chafic Krauss Daher,

Considerando que o Supremo Tribunal Federal ao julgar o Recurso Extraordinário de nº 116.208-2 – Minas Gerais, firmou o entendimento de que as custas e **os emolumentos** têm a natureza de taxa, razão porque só podem ser fixados em lei;

Considerando que a CLT ao tratar da matéria em seus artigos 789 a 790 não contempla a hipótese de pagamento de emolumentos como pressuposto de admissibilidade da Reclamação Correicional;

Considerando que a normatização dada a esta matéria pelo colendo TST, por meio da Resolução Administrativa de nº 902/2002 e da Instrução Normativa de nº 20/2002, também não contempla a hipótese de pagamento de emolumentos como pressuposto de admissibilidade da Reclamação Correicional;

Considerando que, contrariamente a todos os fundamentos acima expostos, o Regimento Interno deste Regional, em seu artigo 29, caput e §§ 1º e 2º, ainda exige o pagamento de emolumentos para conhecimento e processamento da Reclamação Correicional, nos seguintes termos:

“Art. 29. Autuada a reclamação na Secretaria da Corregedoria Regional, expedirá esta a respectiva guia para que proceda o interessado ao recolhimento dos emolumentos devidos, cujo cálculo será feito observadas as normas previstas na CLT.

§ 1º - Os emolumentos a que se refere este artigo serão pagos dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a expedição da guia, sob pena de deserção, ficando ressalvadas as isenções concedidas às partes necessitadas, na forma das regras que disciplinam o benefício da justiça gratuita.

§ 2º - Somente após a comprovação de terem sido os emolumentos recolhidos no prazo legal é que a Secretaria da Corregedoria Regional apresentará a reclamação para despacho inicial do Corregedor Regional”;

RESOLVE, por unanimidade de votos, baixar a seguinte RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (tomando o nº 042/2008):

“**Art. 1º** - Revogar o artigo 29 e seus respectivos parágrafos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”.

Por ser verdade, DOU FÉ.

Sala de Sessões. São Luís, 12/março/2008.

ÉLEN DOS REIS ARAÚJO BARROS DE BRITO
Secretária do Tribunal Pleno